



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 11/03/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Awju Krikati, de Montes Altos (MA), destacando a representação da juventude na política local. Em seguida, contestou declarações de que haveria perseguição contra o grupo do Governador Carlos Brandão. Criticou a condução do Governo Estadual e afirmou que houve ruptura com o projeto político iniciado no Estado durante a gestão de Flávio Dino. Também apontou denúncias de patrimonialismo, desvio de recursos e uso do aparato estatal para pressionar adversários políticos e empresários. Ademais, acrescentou que aliados do Governador teriam levado à tribuna versão diferente dos fatos. Ao concluir, defendeu mobilização política para retomar políticas públicas e um projeto voltado a toda a população maranhense.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado afirmou que o Governo Federal demonstrou preocupação após notícias de que os Estados Unidos poderiam classificar facções criminosas como PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas. Em seguida, questionou a reação do Governo e disse que a prioridade deveria ser o enfrentamento do poder dessas organizações no País. Além disso, relatou situações no Ceará em que comunidades teriam sido expulsas de suas casas e empresários seriam obrigados a pagar taxas impostas por facções. Acrescentou ainda que grupos criminosos influenciariam regras de convivência e serviços básicos em algumas localidades. Também mencionou investigações sobre possível envolvimento de políticos com facções e criticou a postura do Governo diante do cenário de violência.

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado destacou a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 2.371, de 2021, que garante a imunoterapia para tratamento do câncer no Sistema Único de Saúde. Ressaltou que a tecnologia, já utilizada em diversos países, ampliará o acesso de pacientes oncológicos a terapias modernas e poderá aumentar a sobrevida em casos específicos. Em seguida, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 581, de 2019, que prevê isenção de Imposto de Renda sobre participação nos lucros e resultados recebida por trabalhadores, medida que considerou necessária para corrigir desigualdades tributárias. Também registrou a presença, na Casa, da Vereadora Fran Enfermeira, de São Francisco de Sales (MG). Por fim, mencionou mobilização em Minas Gerais pela pavimentação do trecho entre São Francisco de Sales (MG) e Campina Verde (MG), obra apontada como relevante para produtores rurais, estudantes e pacientes em tratamento médico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou a gestão do Governador Ibaneis Rocha, do Distrito Federal, e mencionou notícias sobre contratos de escritórios de advocacia ligados ao Governador e operações financeiras envolvendo familiares. Também apontou suspeitas relacionadas a empréstimo realizado junto ao Banco de Brasília (BRB) para aquisição de imóvel de alto valor e afirmou que as denúncias indicariam irregularidades na administração local. Em seguida, lembrou disputa eleitoral de 2018 e alegou que decisões judiciais teriam influenciado o resultado do pleito. Também citou investigações e mencionou valores que representariam prejuízos aos cofres públicos. Por fim, informou que apresentou ação popular contra legislação distrital sobre lotes públicos, argumentando que a medida poderia gerar perdas patrimoniais ao Distrito Federal.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou o aumento dos preços dos combustíveis no Brasil e citou relatos de valores elevados para diesel e gasolina em postos do País. Ressaltou que a redução de tributos sobre combustíveis realizada em gestão anterior teria contribuído para conter preços e criticou a atual política econômica do Governo Federal. Também mencionou investigações e decisões judiciais envolvendo pessoas ligadas ao Presidente da República e levantou questionamentos sobre casos de corrupção. Além disso, citou pedido do Ministério Público ao Tribunal de Contas da União para afastamento do Presidente do IBGE, alegando suspeitas sobre manipulação de dados econômicos. Finalizou apontando preocupação com impactos da alta de preços sobre o custo de vida da população.

Saullo Vianna (MDB - AM) - O Deputado registrou a presença, na Câmara dos Deputados, dos Prefeitos Mateus Assayag, de Parintins (AM), e Radson Alves, de Barcelos (AM), que cumpriram agenda institucional em busca de recursos e soluções para demandas federais de seus Municípios. Ademais, reafirmou parceria para atuar em favor do desenvolvimento local e do atendimento às necessidades da população amazonense. Além disso, convidou os Parlamentares e o público a conhecerem os dois Municípios, destacando Barcelos como referência na pesca esportiva no Estado e Parintins como centro da cultura folclórica amazonense, palco do tradicional festival dos bois Caprichoso e Garantido.

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado afirmou que o País estava enfrentando sucessivos escândalos de corrupção e citou investigações relacionadas ao Banco Master e às fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em seguida, mencionou participação de autoridades brasileiras em evento jurídico realizado em Londres, financiado pelo empresário Daniel Vercaro, e questionou possíveis vínculos com as denúncias em apuração. Além disso, solicitou ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que analisasse os pedidos de *impeachment* dos Ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli e cobrou providências institucionais. Também pediu ao Senado a instalação de CPMI para investigar o caso envolvendo o Banco Master. Por fim, declarou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

que requerimentos e pedidos formais já teriam sido apresentados e defendeu esclarecimentos e apuração das denúncias para garantir transparência e responsabilidade institucional.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou dados sobre a economia do Maranhão e afirmou que o Estado iniciou 2026 com cerca de 2,7 milhões de pessoas empregadas e taxa de desemprego de 5,6%, índice apontado como o menor da história local. Em seguida, citou estudo baseado em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicando crescimento econômico de 351% entre 1995 e 2025, o maior do Nordeste no período. Também mencionou indicadores de responsabilidade fiscal divulgados pelo Centro de Liderança Pública e atribuiu resultados à atual gestão estadual. Além disso, comparou políticas adotadas por administrações anteriores e afirmou que o Governo atual promove estabilidade jurídica, atração de investimentos e recuperação da infraestrutura rodoviária.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado analisou impactos da implantação de faixas azuis destinadas a motocicletas em vias urbanas. Ressaltou que estudos indicaram redução de choques laterais, mas apontaram aumento da velocidade média das motos e maior risco em cruzamentos. Ademais, citou diretriz da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego que relaciona velocidade à gravidade dos sinistros e alertou para a necessidade de avaliar efeitos dessas intervenções sobre o comportamento dos condutores. Além disso, abordou a estrutura da matriz de transporte brasileira e apresentou dados sobre a baixa densidade de rodovias pavimentadas no País em comparação com outras nações. Ao concluir, defendeu investimentos em infraestrutura, qualidade das estradas e integração entre modais para ampliar segurança e eficiência logística.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado comentou o ajuizamento, pela Oposição, de mandado de segurança para viabilizar a instalação de CPMI destinada a investigar o Banco Master. Ainda sobre o assunto, informou que a relatoria do caso no Supremo Tribunal Federal ficou com o Ministro Dias Toffoli e questionou a escolha diante das acusações citadas no debate político. Acrescentou também que a Comissão Parlamentar de Inquérito teria como objetivo apurar possíveis conexões envolvendo autoridades e o banco. Por fim, afirmou esperar que a análise do pedido permita a abertura da CPMI para investigação dos fatos mencionados.

Paulão (PT - AL) - O Deputado relatou mobilização de mais de 500 mulheres de movimentos agrários contra a atuação de mineradora no Município de Craíbas (AL). Em seguida, mencionou denúncias de tremores de terra, rachaduras em imóveis, morte de animais e possível contaminação de rios, e pediu providências de órgãos de fiscalização e do Ministério Público. Também defendeu a aprovação do Projeto de Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Complementar nº 185, de 2024, já aprovado no Senado, que trata da aposentadoria especial de agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Por fim, abordou investigações relacionadas ao Banco Master, defendeu apuração ampla do caso e declarou apoio à instalação de CPI e CPMI para esclarecer possíveis irregularidades no sistema financeiro.

Saullo Vianna (MDB - AM) - O Deputado informou seu retorno ao mandato após 14 meses à frente da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania de Manaus (AM) e apresentou ações realizadas no período. Destacou reformas em unidades de Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), criação de equipamentos de acolhimento e atendimentos do programa Manaus Cidadã, que alcançaram milhares de pessoas. Em seguida, citou o programa Prato do Povo, que ampliou restaurantes populares e já distribuiu milhões de refeições gratuitas na capital amazonense. Também mencionou articulações para destinação de recursos a Municípios do interior, incluindo investimentos para o Festival de Parintins e melhorias na infraestrutura de Barcelos (AM). Por fim, anunciou filiação ao MDB e reforçou compromisso com o desenvolvimento do Amazonas.

Gutemberg Reis (MDB - RJ) - O Deputado destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, a chamada PEC da Segurança Pública, que ampliou a responsabilidade dos Municípios na área e permitiu a transformação das guardas civis em polícias municipais. Além disso, mencionou iniciativa apresentada no início de seu mandato propondo mudança de nomenclatura das guardas municipais e afirmou que a nova medida reforça a atuação local na segurança. Também elogiou ações adotadas pela Prefeitura de Duque de Caxias (RJ), como realização de concurso para agentes, ampliação de treinamento, aquisição de equipamentos e implantação de sistema de monitoramento por câmeras. Por fim, informou a destinação de recursos para fortalecer a estrutura de segurança no Município.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada abordou o enfrentamento à violência contra as mulheres durante o mês dedicado às pautas femininas. Relatou participação em seminário realizado em Florianópolis (SC) sobre combate ao feminicídio e destacou dados que apontaram aumento de assassinatos de mulheres no Brasil e em Santa Catarina. Mencionou também o elevado número de pedidos de medidas protetivas e a necessidade de fortalecer a proteção às vítimas. Ademais, destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que prevê o uso de tornozeleira eletrônica por agressores e citou a assinatura, em Florianópolis, de acordo entre os Poderes para ampliar ações de prevenção ao feminicídio. Por fim, defendeu políticas públicas de igualdade e melhores condições de trabalho, mencionando a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, sobre a o fim da escala 6 por 1.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Átila Lins (PSD - AM) - O Deputado informou reunião entre o Presidente da República e o Senador Eduardo Braga para tratar do pagamento do seguro-defeso destinado a pescadores e pescadoras. Em seguida, relatou que o benefício sofreu atrasos devido a novas exigências de recadastramento e destacou determinação do Governo Federal para acelerar a regularização dos pagamentos. Também mencionou articulações junto a Ministérios para solucionar a situação enfrentada pelos trabalhadores da pesca. Além disso, citou a apresentação do Projeto de Lei nº 485, de 2026, que prevê delegacias especializadas de atendimento à mulher em Municípios com mais de 20 mil habitantes. Por fim, destacou medidas recentes voltadas ao combate à violência contra a mulher e ao enfrentamento do feminicídio.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada destacou ações de reconstrução no Município de Rio Bonito do Iguaçu (PR), após danos causados por vendavais e tempestades no fim do ano anterior. Além disso, mencionou a realização da Marcha Nacional das Mulheres do MST na cidade, com participação de mulheres de assentamentos e ocupações rurais do Estado. Ressaltou que a mobilização abordou o enfrentamento à violência contra as mulheres, além de pautas ligadas à reforma agrária, à agroecologia e à garantia de direitos no campo. Por fim, destacou o papel das mulheres do meio rural e urbano na produção de alimentos e na defesa da dignidade e da igualdade.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou manter posição independente diante da polarização política e declarou que sua atuação é voltada à defesa do povo brasileiro. Disse que critica tanto o Governo quanto o campo bolsonarista quando considera necessário, ressaltando que não possui “político de estimação”. Ao comentar as denúncias envolvendo o Banco Master, argumentou que o caso não pode ser atribuído apenas a um lado do espectro político. Ressaltou que a controvérsia evidencia que práticas de corrupção não se limitam a uma ideologia específica e podem envolver diferentes atores da vida pública.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou denúncias relacionadas ao Banco Master e a supostos casos de irregularidades envolvendo benefícios do INSS. Afirmou que o País enfrenta sucessivos escândalos de corrupção e defendeu maior rigor na apuração dos fatos e na responsabilização de eventuais envolvidos. Também direcionou críticas à gestão do Governo do Rio Grande do Norte, mencionando problemas fiscais, aumento da dívida pública e questionamentos sobre gastos com pessoal, previdência e educação. Acrescentou que a situação financeira do Estado exige esclarecimentos das autoridades e atuação dos órgãos de controle.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada prestou homenagem a Dom Orlando Brandes, Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida (SP), por sua trajetória na Igreja Católica e por sua atuação pastoral. Destacou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

missão do Arcebispo, marcada pela defesa da justiça social, do compromisso comunitário e pela proximidade com o povo. Também registrou a chegada de Dom Mário Antônio da Silva, que assume a Arquidiocese após atuar na Diocese de Jacarezinho (SP).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a ausência do Brasil em reunião internacional voltada ao combate ao crime organizado na América do Sul e defendeu que facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho sejam classificadas como organizações terroristas. Também criticou a gestão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mencionando questionamentos apresentados por integrantes do Tribunal de Contas da União sobre a atuação do Presidente do órgão, Márcio Pochmann. Por fim, afirmou que é necessário garantir a independência técnica das instituições responsáveis pela produção de dados que orientam políticas públicas e decisões econômicas no País.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado criticou medidas do Governo do Distrito Federal relacionadas ao Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Explicou que a criação do chamado Cartão PDAF teria provocado distorções no funcionamento do programa, que destina recursos diretamente às escolas para pequenos reparos e melhorias na infraestrutura. Também afirmou que apresentou representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal apontando possíveis irregularidades no modelo adotado, como restrição de fornecedores e formação de cartel entre empresas cadastradas, o que poderia gerar sobrepreços em aquisições realizadas pelas escolas. Por fim, informou que o tribunal acolheu a denúncia e determinou prazo para que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal apresente esclarecimentos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou setores da direita e afirmou que há tentativa de atribuir ao Governo Federal responsabilidades no caso envolvendo o Banco Master. Mencionou nomes de políticos e lideranças ligados ao campo bolsonarista e defendeu que as investigações sejam ampliadas para apurar eventuais relações entre o banqueiro e diferentes atores políticos. Também citou o Deputado Nikolas Ferreira e o Senador Flávio Bolsonaro, afirmando que eventuais vínculos ou contatos devem ser esclarecidos. Ao final, afirmou que é necessário investigar todos os envolvidos no episódio, independentemente de posição política.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado afirmou que o Partido Novo defendeu investigação ampla sobre o caso do Banco Master após reportagem publicada no Valor Econômico. Declarou que todos os envolvidos no esquema citado na denúncia deveriam responder à Justiça. Também citou estimativas da Polícia Federal sobre valores desviados da Petrobras e afirmou que recursos poderiam ter retornado ao País por meio de operações financeiras ligadas à instituição.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Kim Kataguiuri (MISSÃO - SP) - O Deputado informou que reuniu 220 assinaturas para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe mudanças no IPVA e relatou que a proposta avançou na Câmara dos Deputados, após envio à Comissão de Constituição e Justiça. Criticou nota divulgada pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) contrária à proposta e afirmou que Governadores buscam manter a atual arrecadação do imposto. Ao final, acrescentou que a PEC prevê mecanismos de compensação fiscal, como limites a gastos legislativos e despesas com publicidade institucional.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou decisão que designou o Ministro Dias Toffoli como relator de pedido relacionado à criação de CPI sobre o Banco Master. Afirmou que a escolha compromete a credibilidade do processo, diante de questionamentos sobre eventual envolvimento de autoridades no caso. Também mencionou ação apresentada pelo Deputado Rodrigo Rollemberg no Supremo Tribunal Federal para cobrar a instalação da comissão e criticou suposta omissão da Câmara dos Deputados do Brasil. Por fim, dirigiu apelo ao Presidente do STF, Edson Fachin, para que sejam observados princípios de ética e imparcialidade no tratamento do caso.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado criticou pronunciamento anterior do Deputado Ivan Valente e afirmou que há tentativa de atribuir responsabilidades políticas no caso envolvendo o Banco Master. Mencionou denúncias relacionadas a encontros e eventos realizados no exterior com a presença de autoridades e citou o empresário Daniel Vorcaro. Também fez referência ao Ministro Dias Toffoli ao comentar suspeitas levantadas no debate político sobre o episódio. Por fim, ressaltou que os fatos precisam ser esclarecidos e eventuais irregularidades devem ser investigadas para garantir transparência no uso de recursos e responsabilidade das autoridades citadas.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada registrou a presença de autoridades do Município de Faxinal (PR). Saudou o Prefeito Hermes Santa Rosa, o Vice-Prefeito Rubens Kaplun e integrantes da equipe municipal que visitaram o Congresso Nacional. Também destacou características turísticas da cidade, mencionando a presença de mais de cem cachoeiras que impulsionam o turismo regional.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado comentou debates recentes na Câmara dos Deputados do Brasil e afirmou ter recebido autoridades do Município de Faxinal (PR). Abordou discussões sobre representação feminina na política e mencionou a eleição da Deputada Erika Hilton, defendendo maior atenção às pautas relacionadas às mulheres. Também tratou de questionamentos envolvendo o Banco



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Master e citou decisões em análise no Supremo Tribunal Federal sobre a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado comentou a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro e afirmou que o líder político estaria sendo alvo de perseguição. Citou o tempo de prisão do ex-Presidente e declarou apoio à sua atuação política, defendendo que Bolsonaro buscou promover mudanças no sistema político e cobrar transparência no processo eleitoral. Também criticou decisões do Supremo Tribunal Federal e mencionou o Ministro Alexandre de Moraes ao tratar de investigações e debates institucionais.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada alertou para conteúdos nas redes sociais que simulam violência contra mulheres após recusas a pedidos românticos. Afirmou que a circulação desses vídeos evidencia um ambiente digital que incentiva agressões e criticou a falta de avanço legislativo para responsabilizar plataformas digitais. Também criticou partidos que, segundo ela, não apoiaram requerimento de urgência para debater projetos que criminalizam esse tipo de conteúdo. Ao final, fez um apelo ao Presidente da Casa, Hugo Motta, para que o tema da regulamentação das redes sociais seja pautado como forma de proteger mulheres, crianças e adolescentes.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado destacou a atuação da Câmara dos Deputados do Brasil na criação da Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional, iniciativa voltada à mobilização de Parlamentares e da sociedade para discutir a defesa do patrimônio e da independência do País. Alertou para riscos à soberania brasileira diante de movimentos geopolíticos internacionais e defendeu atenção às riquezas estratégicas do país, como minerais e recursos naturais. Também propôs ampliar o debate democrático sobre defesa nacional, envolvendo as Forças Armadas do Brasil, incluindo Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, como parte da estratégia de proteção do território, do povo e das riquezas nacionais.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado registrou a presença de visitantes durante a sessão, entre eles seu primo Andreas van Hattem e a Vereadora Fernanda Barth. Destacou o trabalho político da Vereadora em Porto Alegre (RS) e agradeceu a visita ao Congresso Nacional. Também mencionou a realização da Expodireto Cotrijal, importante evento do agronegócio no Rio Grande do Sul.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou a posição do Governo Federal sobre a classificação de facções criminosas como organizações terroristas. Afirmou que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não demonstraria disposição para enquadrar grupos como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho como organizações terroristas. Argumentou que essa classificação poderia ampliar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

mecanismos de fiscalização financeira internacional e combate à lavagem de dinheiro ligada ao crime organizado. Também defendeu o endurecimento da legislação penal e cobrou medidas mais rigorosas para enfrentar as facções criminosas e proteger a população.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou integrantes do Supremo Tribunal Federal e defendeu a responsabilização de magistrados diante de suspeitas levantadas em reportagens recentes. Citou os Ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes ao comentar notícias sobre investigações e contratos atribuídos a pessoas ligadas a integrantes da Corte. Também mencionou o empresário Daniel Vercaro e denúncias relacionadas ao Banco Master. Ao final, defendeu investigações sobre os fatos citados e afirmou que o Congresso Nacional deve discutir mecanismos de responsabilização de Ministros do STF, incluindo a possibilidade de *impeachment*.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado elogiou a atuação da Deputada Adriana Ventura em temas relacionados ao combate à corrupção e à fiscalização do poder público. Afirmou que a Deputada se destaca pela apresentação de requerimentos de informação e iniciativas de controle da administração pública. Também anunciou que o Partido Novo pretende apresentar o nome de Adriana Ventura como candidata a Ministra do Tribunal de Contas da União.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou Ministros do Supremo Tribunal Federal durante pronunciamento na Câmara dos Deputados do Brasil. Citou os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso ao afirmar que decisões recentes teriam afetado a credibilidade da Corte. Defendeu que o Congresso Nacional do Brasil discuta medidas para responsabilização de integrantes do Tribunal e mencionou a possibilidade de processos de *impeachment* contra Ministros.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado relatou participação em um seminário sobre biotecnologia realizado em Campinas (SP), destacando o potencial das pesquisas com Células-tronco para o tratamento de diversas doenças e para avanços na área da longevidade. Afirmou que o Brasil possui pesquisas promissoras e reconhecimento internacional nesse campo, citando como exemplo estudos envolvendo Polilaminina, mas enfrenta limitações devido à falta de políticas públicas, financiamento e marcos legais que ampliem o uso dessas tecnologias. Defendeu maior investimento em ciência e inovação, ressaltando que terapias baseadas em células-tronco podem ampliar o acesso da população de baixa renda a tratamentos mais eficazes. Por fim, informou que está articulando iniciativas com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para levar essas tecnologias ao Estado e promover ações voltadas ao atendimento de pacientes, incluindo crianças com Lábio leporino.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Fausto Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado alertou para a situação de pescadores durante o período do seguro-defeso no Amazonas. Afirmou que milhares de trabalhadores da pesca estariam sem receber o benefício federal, que garante renda durante o defeso, período de proibição da pesca para preservar a reprodução de espécies na Bacia Amazônica. Ressaltou que mais de 120 mil famílias teriam sido afetadas pela exigência de atualização cadastral por meio da plataforma digital Gov.br, que exige acesso à internet, biometria e dispositivos tecnológicos, condições difíceis de atender em áreas rurais e comunidades isoladas. Por fim, pediu a suspensão dessa exigência e defendeu que os valores atrasados do benefício sejam pagos em parcela única para compensar os meses em que os pescadores ficaram sem trabalhar e sem receber o auxílio.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado fez críticas à gestão do Prefeito Professor Lucas no Município de Seropédica (RJ). Acusou a administração municipal de má gestão e afirmou que aliados do Prefeito estariam promovendo ataques nas redes sociais contra pessoas que fazem denúncias sobre a gestão local. Denunciou que moradores da cidade enfrentam problemas como atraso de salários do funcionalismo público, descumprimento de contratos, falta de medicamentos e precariedade na infraestrutura urbana. Além disso, questionou a aplicação de recursos provenientes de emendas parlamentares destinadas ao Município e afirmou que pretende acionar o Ministério Público Federal (MPF) para que sejam investigadas possíveis irregularidades relacionadas ao uso desses recursos. Por fim, afirmou que continuará acompanhando a situação administrativa do Município e cobrando esclarecimentos sobre a gestão pública local.

Fausto Jr. (UNIÃO - AM) - O Deputado anunciou proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 3.275, de 2023, que altera o Código Penal e a Lei dos Crimes de Tortura (1997), para aumentar as penas dos crimes de maus-tratos e tortura quando cometidos contra crianças e adolescentes. Esclareceu que a iniciativa surgiu após um caso ocorrido no Amazonas, no qual um pai foi preso acusado de torturar os próprios filhos utilizando ferro superaquecido. Argumentou que a legislação atual estabelece penas consideradas brandas para esse tipo de crime, podendo resultar em punições muito reduzidas. Além disso, explicou que o projeto pretende elevar a pena mínima para pelo menos cinco anos de prisão quando houver maus-tratos contra crianças ou adolescentes, aproximando o tratamento legal da gravidade dos atos. Por fim, defendeu a aprovação da proposta, afirmando que a medida busca reforçar a proteção de menores e endurecer a punição para casos de violência doméstica contra crianças.

ORDEM DO DIA

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 2007.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 2007.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado lançou um desafio público relacionado à disputa por uma vaga no Senado pelo Estado de São Paulo. Afirmou que o Deputado Marco Feliciano não seria o candidato apoiado pelo bolsonarismo para a eleição ao Senado. Disse que a eventual candidatura dependeria do apoio do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de seu grupo político. Argumentou que setores do bolsonarismo buscariam apoio eleitoral entre evangélicos, mas não estariam dispostos a apoiar lideranças religiosas com maior projeção política no Senado. Ao final, reiterou o desafio e afirmou considerar Marco Feliciano um nome representativo da comunidade evangélica em São Paulo para a disputa ao Senado.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado fez um apelo para que a Câmara avance na pauta relacionada à proteção das mulheres, especialmente no contexto de debates realizados durante a semana dedicada ao tema. Solicitou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 6.194, de 2025, que dispõe sobre normas de prevenção, proteção, responsabilização civil e educação digital para o enfrentamento à misoginia em aplicações de internet. Por fim, ressaltou que o projeto busca enfrentar a violência e o discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais, tema que precisa ser tratado pelo Congresso da mesma forma que outras iniciativas voltadas à proteção digital de crianças e adolescentes, como o ECA Digital.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil. Em seguida, aproveitou para registrar protesto sobre a dinâmica das votações na Câmara durante o mês de março, período tradicionalmente dedicado a debates sobre os direitos das mulheres. Disse que a liberação de votações *on-line* tem contribuído para a ausência de muitos Deputados nas sessões presenciais, o que enfraquece o debate sobre projetos relacionados às mulheres; além disso, Parlamentares estariam participando de articulações políticas nos Estados, enquanto propostas importantes voltadas às pautas femininas estariam sendo retiradas da pauta. Por fim, criticou a falta de participação de Parlamentares nas discussões e defendeu maior presença nas sessões para garantir debate efetivo sobre políticas públicas voltadas às mulheres.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula, e agradeceu a presença de representantes da categoria no Congresso Nacional do Brasil. Ressaltou que o projeto é resultado da mobilização dessas profissionais, que há anos acompanham debates no Legislativo em defesa de melhores condições de atendimento às gestantes. Destacou a importância do trabalho das doulas no acompanhamento das mulheres durante o parto, ressaltando o papel de acolhimento, apoio emocional e orientação no momento do nascimento. Mencionou também sua experiência pessoal com esse tipo de acompanhamento e recordou que, quando foi Vereadora na cidade de São Paulo (SP), participou da elaboração de iniciativas voltadas ao reconhecimento dessas profissionais. Por fim, afirmou que a regulamentação da atividade trará mais segurança para a atuação das doulas no sistema de saúde e contribuirá para ampliar o cuidado humanizado no parto em todo o país.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Iza Arruda (MDB - PE) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado abordou a retomada, no Tribunal Superior Eleitoral, do julgamento envolvendo o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, relacionado ao caso conhecido como escândalo do Ceperj. Informou que o órgão estadual teria contratado milhares de pessoas sem transparência, com pagamentos em dinheiro vivo, para atuar em atividades ligadas à campanha eleitoral de 2022. Afirmou que a prática representou uso de recursos públicos do Estado para favorecer a candidatura do então Governador.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Relatou que o processo tramita desde 2022 e que, até o momento, dois Ministros votaram pela procedência da ação e pela cassação dos direitos políticos de Castro. Também citou investigações e prisões de integrantes do governo estadual e defendeu mudança no cenário político do Rio de Janeiro.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada comentou o Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

General Girão (PL - RN) - O Deputado comentou o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado comentou o requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada esclareceu o Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 727, de 2025, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada informou que o bloco retirou instrumentos de obstrução e destaques relacionados ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, sobre o uso de *spray* de pimenta. Afirmou que houve entendimento com a relatoria para prever regulamentação posterior pelo Exército Brasileiro e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o que representou avanço na discussão sobre mecanismos de proteção para mulheres. Por fim, declarou que o tema poderia continuar em debate no Senado Federal do Brasil e reiterou apoio à possibilidade de utilização do *spray* de pimenta como instrumento de defesa feminina.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada alterou o parecer do Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

General Girão (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Ribeiro Neto (PRD - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Silvio Antonio (PL - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Natália Bonavides (PT - RN) - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de aerossol de extratos vegetais por mulheres para fins de defesa pessoal, estabelece penalidades pelo uso indevido e altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada agradeceu aos Parlamentares pela aprovação da proposta que autoriza o uso de *spray* de pimenta como instrumento de autodefesa para mulheres. Afirmou que a medida representa uma ferramenta de proteção diante da violência de gênero e destacou que o Congresso já havia aprovado o aumento da pena para o crime de feminicídio. Por fim, declarou que a iniciativa buscou oferecer resposta à sociedade e reforçar a proteção das mulheres brasileiras.

Soldado Noelio (UNIÃO - CE) - O Deputado criticou posições contrárias ao Projeto de Lei nº 727, de 2026, que autoriza o uso de *spray* de pimenta para autodefesa de mulheres. Afirmou que a medida buscou ampliar instrumentos de proteção diante de situações de violência e classificou como incoerente a oposição à proposta. Por fim, parabenizou Deputados de diferentes correntes políticas que votaram favoravelmente ao projeto.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada defendeu a votação de propostas voltadas ao enfrentamento da misoginia nas redes sociais. Afirmou que o debate sobre a segurança das mulheres deveria incluir medidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

para combater ataques e violência de gênero no ambiente digital. Defendeu que projetos com esse objetivo vêm sendo defendidos desde o início de março e precisam avançar no Congresso como parte da agenda de proteção às mulheres.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, em debate, foi construído ao longo de três anos com participação de consultores da Câmara e do Senado. Informou ainda que a relatoria da proposta no Senado ficaria com a Senadora Professora Dorinha e que sugestões apresentadas durante a tramitação foram encaminhadas para avaliação no novo relatório. Destacou também que o tema dialoga com diretrizes do Plano Nacional de Educação e afirmou que há acordo para aprimorar o texto durante a análise no Senado.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada celebrou a relevância histórica do Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. Ademais, destacou que o Ministério da Educação (MEC) registra milhares de crianças nessa condição e que muitas enfrentam dificuldades escolares, sofrimento emocional e falta de políticas adequadas. Além disso, agradeceu a mães mobilizadas pela causa, pesquisadores, consultores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e Parlamentares que contribuíram para a elaboração da proposta. Reconheceu ainda o papel do Deputado Moses Rodrigues e da Senadora Professora Dorinha Seabra na construção do tema no Plano Nacional de Educação (PNE). Por fim, sustentou que a matéria representa a primeira legislação brasileira voltada a esse público e apelou pela aprovação unânime da proposição.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada ponderou sobre o Projeto de Lei nº 1.049, de 2026, que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, cria o Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, e altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. Destacou que o Brasil já possui Política Nacional de Educação Especial Inclusiva que contempla ações direcionadas a estudantes com altas habilidades, manifestando preocupação com eventuais mudanças de terminologia ou criação de estruturas que possam fragmentar ou conflitar com a política existente. Ademais, defendeu o fortalecimento dos núcleos já estabelecidos, com realização de estudos de caso e avaliações



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

pedagógicas para garantir política efetivamente inclusiva. Ao final, afirmou que votou favoravelmente à proposição, após ajustes acordados no texto.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada informou a retirada dos requerimentos do Partido Liberal (PL) de obstrução ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil. Ao final, agradeceu ao Deputado Pedro Uczai e à bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) pela retirada da obstrução e pela confiança recíproca.

Iza Arruda (MDB - PE) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres que vivem no Brasil. Ademais, elogiou o compromisso do Governo Lula com o enfrentamento das violências contra as mulheres, destacando o lançamento do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Além disso, afirmou que o Governo Federal tem prestado assistência a populações atingidas por eventos climáticos, citando o Rio Grande do Sul (RS) e Minas Gerais (MG).

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada celebrou a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 3.640, de 2025, que dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação de dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no Brasil. Ademais, agradeceu às Parlamentares que contribuíram para a construção do texto e destacou os debates realizados em eventos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), com o depoimento de mulheres afetadas por desastres ambientais em Brumadinho (MG) e Mariana (MG). Além disso, apontou dados que associam mudanças climáticas ao aumento da violência doméstica, à redução da renda de mulheres chefes de família e à ampliação da sobrecarga do trabalho doméstico. Ao final, ressaltou as mobilizações da campanha internacional “Sem Mulher Não Tem Clima” e defendeu a importância de políticas públicas que integrem clima e gênero.

Sargento Fatur (PL - PR) - O Deputado celebrou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli de declarar-se impedido de julgar mandado de segurança apresentado pelo Deputado Rodrigo Rollemberg para obrigar o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a instalar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. Ademais, destacou que a decisão judicial sobre o impedimento resultou da pressão do Congresso Nacional, da imprensa e da opinião pública. Além disso, condenou o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, e outras autoridades por manterem relacionamento próximo com o banqueiro investigado, destacando encontros custeados por ele. Por fim, defendeu investigação imparcial e responsabilização criminal de autoridades que tenham cometido irregularidades.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado vinculou o escândalo do Banco Master ao Governo do ex-Presidente Bolsonaro e sustentou que o crescimento dos ativos da instituição, de 3,7 bilhões de reais em 2019 para 82 bilhões de reais em 2024, ocorreu durante a gestão do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Ademais, criticou a estrutura de captação do banco por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB) com rendimentos elevados e destacou a utilização de recursos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) após a liquidação da instituição. Além disso, apontou relações entre dirigentes do banco e autoridades políticas, ressaltando os nomes do Senador Ciro Nogueira e dos Governadores do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, Ibaneis Rocha e Cláudio Castro. Por fim, informou que os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) apoiam a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o Banco Master.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada solicitou à Presidente da sessão a retirada dos requerimentos de obstrução parlamentar ao Projeto de Lei nº 6.222, de 2025, que institui a Mobilização Nacional dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizado anualmente, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, destinado a intensificar ações de prevenção, enfrentamento e superação das violências contra as mulheres, por meio de articulação nacional entre o poder público, os entes federativos, a sociedade civil e a iniciativa privada. Além disso, destacou o entendimento para a votação, em seguida, do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. Além disso, associou o escândalo do Banco Master ao ex-Presidente Bolsonaro e a aliados políticos, apontando declarações do banqueiro Daniel Vercaro sobre sua amizade com o Senador Ciro Nogueira. Ademais, apontou episódios envolvendo o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, destacando negociação de precatórios de 38 milhões de reais ligada a fundo associado ao Banco Master e a venda de carteira de crédito ao Banco de Brasília (BRB) por 12,2 bilhões de reais. Ao final, condenou os Parlamentares contrários à votação de proposições relativas à defesa das mulheres como o Projeto de Lei nº 6.194, de 2025, que dispõe sobre normas de prevenção, proteção, responsabilização civil e educação digital para o enfrentamento à misoginia em aplicações de internet.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada leu o parecer da Relatora Deputada Jack Rocha ao Projeto de Lei nº 6.222, de 2025, que institui a Mobilização Nacional dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizado anualmente, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, destinado a intensificar ações de prevenção, enfrentamento e superação das violências contra as mulheres, por meio de articulação nacional entre o poder público, os entes federativos, a sociedade civil e a iniciativa privada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.222, de 2025, que institui a Mobilização Nacional dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizado anualmente, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, destinado a intensificar ações de prevenção, enfrentamento e superação das violências contra as mulheres, por meio de articulação nacional entre o poder público, os entes federativos, a sociedade civil e a iniciativa privada.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada agradeceu a aprovação unânime do Projeto de Lei nº 6.222, de 2025, que institui a Mobilização Nacional dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, realizado anualmente, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, destinado a intensificar ações de prevenção, enfrentamento e superação das violências contra as mulheres, por meio de articulação nacional entre o poder público, os entes federativos, a sociedade civil e a iniciativa privada. Ademais, parabenizou a autora da proposição, Deputada Ana Paula, a Relatora Deputada Jack Rocha e as demais Parlamentares envolvidas na construção da proposta. Por fim, afirmou que a iniciativa manifesta o compromisso da Câmara dos Deputados com a defesa dos direitos das mulheres e com o enfrentamento das violências que as atingem.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado procedeu à leitura do parecer da Relatora Deputada Gracye Elias ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências. Manifestou apoio à assistência judiciária para mulheres vítimas de violência quando a Defensoria não pudesse atuar, mas assinalou que o projeto enfraquece a Defensoria ao transferir atribuições para cadastro de advogados organizado pela OAB, com tabelas de preços definidas pela própria entidade e sem fiscalização equivalente. Além disso, declarou que a Defensoria oferece atendimento multidisciplinar e controle institucional, razão pela qual defendeu mudanças na proposição e anunciou apoio a destaques para fortalecer os direitos das mulheres.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências. Manifestou apoio ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, mas assinalou que o projeto inverte o papel constitucional da Defensoria Pública ao tornar a advocacia dativa a regra. Apontou que a proposta promove o sucateamento institucional e a terceirização de serviços essenciais. Além disso, defendeu a destinação de recursos para a expansão da Defensoria Pública e apoiou destaques para modificar a redação.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada explicou que o Projeto de Lei (PL) nº 6.415, de 2025, surgiu para suprir a falta de assistência jurídica a vítimas de violência em Municípios onde não há Defensoria Pública suficiente. Destacou que, na prática, juízes vinham nomeando advogados dativos sem especialização, gerando atendimento inadequado. Afirmou, ainda, que o projeto propõe permitir a criação de uma "tabela social" pela OAB para pagamento de advogados voluntários apenas em quatro hipóteses: mulheres vítimas de violência, vítimas de feminicídio, violência contra o idoso e pedofilia. Ressaltou que a norma respeita as competências da Defensoria, do Ministério Público e da advocacia e prevê acompanhamento por CNJ, CNMP, Câmara, OAB e Senado. Ademais, enfatizou que a matéria foi construída com participação de juízes, OAB, Defensoria, Ministério Público e consultores e que ajustes foram feitos para atender preocupações. Por fim, agradeceu Parlamentares e equipe técnica, e pediu aprovação unânime do PL por aclamação.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei (PL) nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências. Ademais, declarou apoio ao destaque



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

da Federação PSOL REDE para excluir o art. 12 do PL, por entender que a previsão de orçamento para a advocacia dativa retiraria recursos da defensoria, informando que a posição final da bancada dependeria da análise dos destaques.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei (PL) nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências. Além disso, declarou que o PL instituiu a escolha de advogado dativo pela OAB, com tabela de preços definida pela própria entidade e custeio pelas Prefeituras, e assinalou que esse modelo enfraquece a Defensoria, ao retirar recursos de uma estrutura multidisciplinar para remunerar atuação por processo. Apontou inadequação técnica na rejeição de destaques e afirmou voto favorável ao texto, condicionado ao destaque voltado ao fortalecimento da Defensoria.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do art. 12 do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.415, de 2025, que institui a Política Nacional de Assistência Jurídica Obrigatória às Vítimas em Situação de Vulnerabilidade – PNAJOV, dispõe sobre a prestação de assistência jurídica às vítimas, altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e dá outras providências.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado abordou a alta do petróleo acima de 100 dólares o barril em razão de conflito no Oriente Médio e avaliou que o fato colocava a Petrobras diante da escolha entre seguir critérios de mercado ou servir ao controle de preços com finalidade eleitoral. Além disso, assinalou prejuízo de 34,8 bilhões de reais em 2015, mencionou aumento de 200% no lucro em 2025 e declarou que a política externa do Governo aproximava o País de regimes autoritários, o que exigia fiscalização técnica do Congresso.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada afirmou que a promulgação da Lei nº 15.280, de 2025, representa marco no enfrentamento aos crimes sexuais contra vulneráveis, pois ampliou penas, instituiu extração obrigatória de DNA, previu monitoração eletrônica e tipificou o descumprimento de medida protetiva. Além disso, a legislação assinalou restrições ao convívio de abusadores com crianças e adolescentes, deveres às *big techs*, atendimento psicológico a vítimas e familiares, bem como ações educativas e fiscalização da implementação da norma.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que prevê o fim da jornada 6 por 1 e a redução da carga semanal para assegurar mais tempo de vida ao trabalhador. Além disso, assinalou impactos sociais, econômicos e de saúde pública da jornada de 44 horas, citou dados da OMS, da OIT, da OCDE e da PNAD de 2023. Por fim, declarou que a PEC combate desigualdades, não afronta cláusula pétrea e merece aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e no Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

Guilherme Uchoa (PSB - PE) - O Deputado homenageou o Município de Mirandiba, no sertão pernambucano, pelos 64 anos de emancipação política, destacando a força e a resiliência de seu povo diante das adversidades climáticas e estruturais do semiárido. Além disso, registrou vínculos pessoais com a localidade, reconheceu a contribuição de agricultores, comerciantes, educadores e gestores públicos para o desenvolvimento municipal e reafirmou compromisso de defender investimentos em políticas públicas que promovam oportunidades, infraestrutura, educação e saúde na região.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada apresentou o Projeto de Lei nº 1.021, de 2026, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir conteúdos obrigatórios e eixos transversais relacionados à formação humana integral, cultura de paz, prevenção da violência e proteção das mulheres e meninas. Assinalou que a prevenção verdadeira começa na educação, desde a infância, com práticas pedagógicas compatíveis com cada etapa escolar, formação continuada para professores e diálogo com legislação existente, de modo a transformar um esforço pontual em diretriz educacional permanente e efetiva.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado celebrou o Dia Internacional da Mulher e assinalou avanços conquistados pelas mulheres brasileiras em diversos campos, bem como marcos legislativos como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio. Além disso, evidenciou a persistência de violência contra a mulher, citando dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre feminicídios e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre estupro, e reafirmou o compromisso de fortalecer mecanismos de prevenção, ampliar atendimento às vítimas e garantir aplicação efetiva das leis existentes para construir sociedade com liberdade, respeito e igualdade de oportunidades para todas as mulheres.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado assinalou que, enquanto persistirem violência contra mulheres, as comemorações do Dia Internacional da Mulher ficam ofuscadas. Evidenciou que o feminicídio bate recorde no Brasil, com quatro mulheres mortas por dia em 2025, e citou dados da ONU sobre desigualdades legais entre gêneros. Além disso, destacou que o tema de 2026 enfatiza direitos, justiça e ação para todas as mulheres e meninas, reafirmando que o trabalho pela igualdade demanda esforço permanente e determinado do Poder Público e da sociedade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado assinalou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) exercem domínio territorial sobre milhões de brasileiros e declarou que a classificação das facções como ameaças significativas à segurança regional pelos Estados Unidos evidencia a dimensão transnacional do problema. Mencionou a reunião de doze países da América Latina na iniciativa Escudo das Américas, da qual o Brasil foi excluído. Apontou omissão do Governo Federal e mencionou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 11/03/2026

atuação diplomática para impedir o enquadramento como organizações terroristas. Por fim, defendeu plano nacional de combate ao crime organizado, cooperação internacional, atualização da Lei Antiterrorismo e bloqueio de patrimônio de lideranças no exterior.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do parecer ao Projeto de Lei nº 3.257, de 2019, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que aperfeiçoa a Lei Maria da Penha ao ampliar as hipóteses de afastamento imediato do agressor do lar. Além disso, assinalou que a proposta fortalece a proteção das mulheres ao abranger violências psicológica, moral, sexual e econômica, e, dessa forma, reafirma o compromisso do Parlamento com a prevenção, a segurança das vítimas e a responsabilização dos agressores.

ENCERRAMENTO